

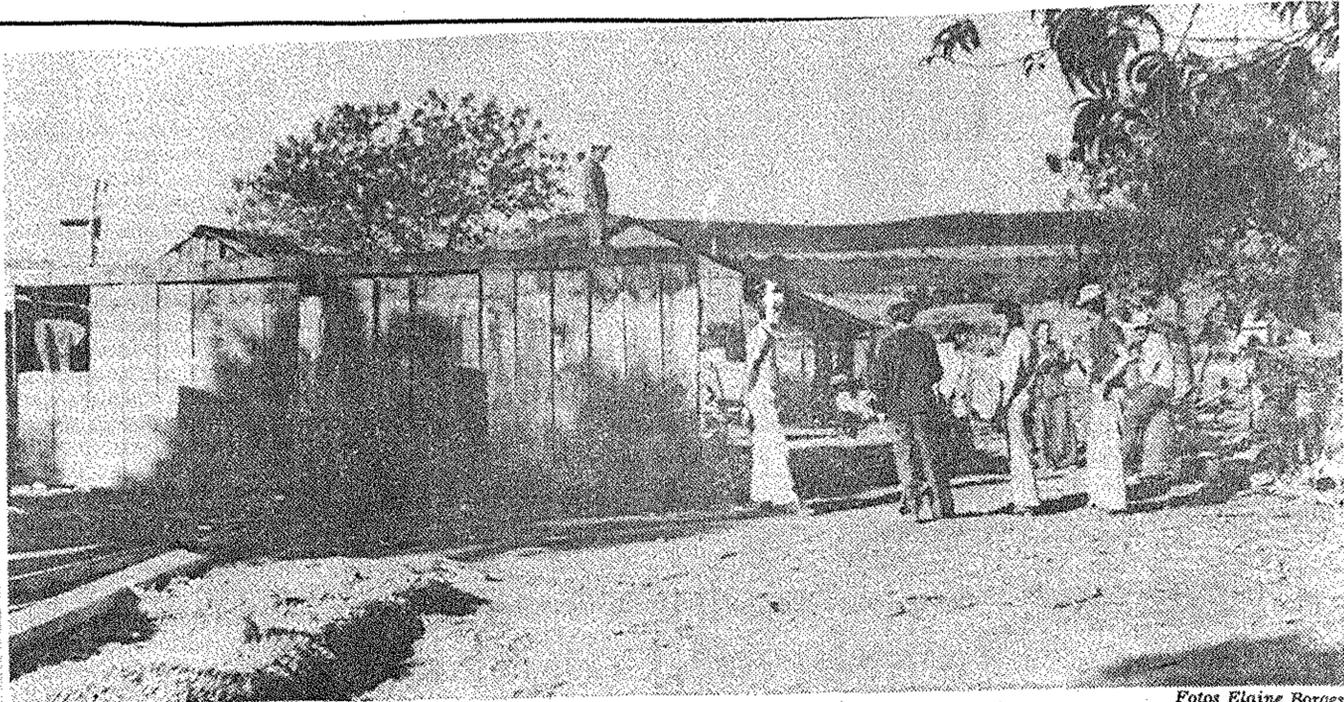
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Obtado de São Paulo*

Class.: 1547

Data: 08.06.78

Pg.: \_\_\_\_\_



Fotos Elaine Borges

Posseiros têm prazo para mudar até o dia 15 de agosto, mas não sabem ainda para onde irão

Temido conflito com índios em SC

ELAINE BORGES  
Enviada especial

Embora o cacique José Domingues, líder 1.400 kaingangues que vivem no posto indígena Xapécó, oeste de Santa Catarina, assegure que nenhum integrante da tribo quer a retirada dos posseiros de suas terras pela violência, há muita preocupação entre as sete famílias de colonos que permanecem na área e foram intimadas pela Funai para deixá-la até 15 de agosto. É que essas pessoas ainda não têm para onde ir e temem represálias dos índios "diante da atitude de outras famílias de posseiros que, antes de abandonar as terras, queimaram os campos, inclusive diversos pinheiros, uma das grandes riquezas da região. Uma delas, não conseguindo levar um grande galpão de madeira e seus cinco cachorros de estimação, colocou os animais dentro da construção, jogou gasolina e pôs fogo em tudo. Das 158 famílias que moravam na área indígena, ocupando terras de dois a cem alqueires, só restam as sete. A retirada foi intensificada em maio, quando se fixou prazo até 30 de junho para a saída dos posseiros, posteriormente prorrogado para agosto porque muitos não haviam conseguido novo local para viver.

Uma reunião chegou a ser realizada no início desta semana no Sindicato Rural de Xanxerê (os 14 mil hectares de terras indígenas abrangem os municípios de Xaxim, Xanxerê e Abelardo Luz) para tentar persuadir os posseiros a irem para Mato Grosso. Entretanto, das 122 famílias que compareceram ao encontro, apenas 14 concordaram em assinar um termo de compromisso para viajar. Agora elas esperam as providências necessárias à mudança, mas o chefe do posto indígena Xapécó, João Maddler, acredita que até a viagem, que só deverá ocorrer dentro de algumas semanas, vários posseiros poderão desistir de partir.

A invasão das terras indígenas pelos colonos começou há cerca de 30 anos e nunca cessou. Muitos deles, embora possuíssem terras em áreas vizinhas ou até em outros Estados, preferiram explorar as férteis terras indígenas, onde moravam de graça, não pagavam impostos e tinham colheita certa no final de cada safra: as famílias possuíam, ao todo, 70 veículos, entre tratores e caminhões, e exploravam os índios como mão-de-obra barata. Garibaldi de Oliveira, por exemplo, que já deixou a área, além de extensa plantação de milho e feijão, era proprietário de um automóvel Corcel e de dois caminhões diesel.

Entretanto, muitas famílias não tinham posses, o que é confirmado pelo prefeito de Xaxim, Santo Matielo, o qual revela que desde o início da retirada dos colonos tem recebido uma média de cinco pedidos de emprego por semana. São os posseiros sem terras que, não tendo

para onde ir e diante da impossibilidade de adquirir áreas a curto prazo, oferecem-se para trabalhar na Prefeitura como operários.

Apesar de a retirada vir se processando sem atritos, a preocupação entre os que ficaram é bastante acentuada. Um deles, Augusto Carmo da Silva, tentou esclarecer junto ao chefe do posto qual a delimitação real das terras indígenas, pois surgiram boatos de que abrangiam o dis, trito de Entre Rios, onde diversas famílias de retirantes se alojaram. "O pessoal está preocupado — contou Augusto — tem gente até prometendo se matar se isso for verdade. Eu ainda vou custar a sair daqui porque não sei para onde ir". Esses boatos obrigaram o prefeito de Xaxim e o chefe do posto indígena a ir até Entre Rios para acalmar as famílias, dizendo-lhes que tudo não passava de informações falsas daqueles que "querem subverter a ordem".

NÍVEL DE VIDA

O bispo de Chapecó, d. José Gomes, que desenvolve um trabalho de roças comunitárias entre os índios, é favorável à saída dos posseiros da área, mas sustenta que "isso não é o suficiente para melhorar o nível de vida dos kaingangues e guaranis, que vivem miseravelmente no posto Xapécó, como bóias-frias dos agricultores". Em sua opinião, "a situação é absurda porque os índios possuem terras mas vivem na miséria".

D. José Gomes acha que os problemas entre índios e colonos se devem a "interesses escusos, politicagem, inoperância e omissão clara do Ministério da Agricultura e do próprio Ministério do Interior que, por lei, deveriam ter providenciado a limpeza da área". Mas o bispo não culpa a Funai pelos acontecimentos porque se trata de "um órgão subordinado" que não pode tomar iniciativas. Ele elogia o chefe do posto Xapécó que, "além de agir com cautela na retirada dos intrusos, teve o mérito de não permitir mais invasões de colonos". Em relação ao problema dos agricultores sem terra, d. José Gomes diz que "é terrível o Incra dizer que não tem nada a ver com a situação porque o local não é considerado área prioritária para a reforma agrária". Ele cita o Estatuto da Terra, que possibilita a aplicação da reforma agrária, garantindo o assentamento dos agricultores, e lembra a Constituição, que assegura aos índios o uso exclusivo de suas terras.

No que se refere à transferência dos colonos para Mato Grosso o bispo diz ser favorável, mas faz uma ressalva: "Se há garantia de terra aos agricultores para que possam criar sua autonomia, não somos contra, mas mudar para Mato Grosso e criar conflitos com os grandes proprietários da região, que sabemos existir, aí não aprovamos".

A insatisfação dos posseiros contrasta com a completa alegria dos índios. Com largos sorrisos, mostrando dentes perfeitos, a kaingangue Maria Bandeira dos Santos, de 43 anos de idade, comenta que "agora sim Deus olhou para os índios e tirou os brancos daqui". Ela garante que todos os índios "são de paz e não querem briga, mas se eles vierem por aí ninguém vai aguentar desaforo de colonos". Diante do argumento de que os índios (257 famílias) têm muita terra e poderiam dividí-la, ela sustenta que "é preciso garantir o futuro dos filhos que estão nascendo".



Em Xapécó, o risco de repetir-se Nonoai

Colonos terão outra mudança provisória

Da sucursal de PORTO ALEGRE

As 141 famílias de colonos alojadas no Parque de Exposição de Esteio, que não concordam em deixar o Rio Grande do Sul, deverão ser transferidas provisoriamente para outro local, possivelmente o "patronato agrícola" do município de Taquari (a 121 quilômetros de Porto Alegre). Isso porque o governo estadual precisa preparar o parque para a exposição estadual de animais, prevista para fins de agosto, e não tem um local que permita o reassentamento definitivo dos expulsos da reserva de Nonoai. Por outro lado, a falta de infra-estrutura para recebimento de mais colonos em Terranova, Mato Grosso, forçou o adiamento da viagem de um novo grupo de 28 famílias de segunda para sexta-feira.

O governador em exercício, desembargador Niro Teixeira de Souza, tem realizado reuniões com os secretários da Agricultura, Saúde, Trabalho e Ação Social, Segurança Pública e Casa Civil para discutir a situação dos colonos. A solução oficial, porém, só deverá ser anunciada na segunda-feira, quando o governador Sinval

Guazzelli retornará dos Estados Unidos, mas é pouco provável que seja a definitiva.

Nas reuniões do governador com os secretários também está sendo discutida a invasão da Fazenda Sarandi por colonos expulsos das reservas indígenas. Ontem, já havia na fazenda mais de 200 famílias acampadas, o que fez Niro Teixeira de Souza pedir ajuda ao ministro do Interior, Rangel Reis, para resolver o problema.

O secretário da Segurança Pública, coronel Rubem Moura Jardim, garantiu ter recebido informações concretas sobre a ação de "elementos estranhos ao problema índio-colono", que estariam incentivando a revolta dos colonos. O delegado e deputado estadual arenista Cícero do Amaral Viana responsabilizou diretamente os políticos da oposição por essa interferência. Em resposta, o vice-líder da oposição, Carlos Augusto de Souza, lamentou que o "governo e a Arena, não conseguindo encontrar uma solução para os problemas dos colonos, passe a atacar o MDB". O deputado sugeriu o loteamento dos nove mil hectares da Fazenda Santa Rita, comprada no governo do coronel Perachi Barcellos, em transação até hoje criticada pelos emedebistas.

Pedida atuação do Incra na fronteira

Da sucursal de BRASÍLIA

Posseiros que estão em litígio com fazendeiros na região de Pontes e Lacerda, junto à fronteira do Brasil com a Bolívia, no Mato Grosso, pediram, ontem aos dirigentes do INCRA, em Brasília, para que o instituto interceda diretamente para resolver o problema na região. Segundo os posseiros, a Assembléia Legislativa de Cáceres já aprovou um acordo em que os fazendeiros cederiam aos colonos as terras que ocupam, em troca de uma permuta envolvendo terras devolutas estaduais ou federais, mas a transação precisa da anuência do INCRA.

Segundo o advogado Everaldo Batista Figueiras, que acompanha os posseiros, as 200 famílias que vivem na região continuam sendo pressionadas pelos fazendeiros. Em março, a situação na área atingiu seu

ponto crítico, chegando a registrar uma luta armada na qual morreram três pessoas. Na ocasião, em virtude da violência do ataque dos posseiros, as autoridades estaduais chegaram a acreditar na existência de um treinamento de tática de guerrilha na região. A maioria dos posseiros ouvidos em Brasília acusa o fazendeiro Antenor Duarte de ocupar uma área superior a 27 mil hectares que afirma ter escriturado. Antenor foi um dos investigadores atraídos para a área, e com o apoio do advogado Jarbas Ladin, conchudado do ministro da Justiça Armando Falcão, passou a pressionar diretamente os posseiros, incendiando suas casas e destruindo as plantações.

Segundo o advogado do grupo, a situação começou a ser tumultuada há 20 anos, quando a Sul Brasil, uma extinta empresa colonizadora adquiriu, do Estado, uma área de 200 mil ha, que vendeu ilegalmente

DR. PEDRO  
AYRES NETTO  
CREMESP 2781

Ginecologia e Obstetrícia.  
Cons. das 15 às 18 horas.  
Pça. Mal. Deodoro, 324, 1.º.  
Sta. Cecília. Tel. 66-7879  
Resid. R. Haddock Lobo,  
1615, ap. 41 tel. 852-4115.